



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 101/XIII/ 2.^a SL

Aos 04 dias do mês de maio de 2017, pelas 17:30 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Audição da Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, após Conselho Europeu de 29 de abril de 2017, ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 21/2012, de 17 de maio.

Audição da Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, após Conselho Europeu de 29 de abril de 2017, ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 21/2012, de 17 de maio.

A Senhora Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputada Regina Bastos, deu as boas vindas e agradeceu a presença da Senhora Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, passando a palavra para a sua intervenção.

Na sua intervenção inicial, a Senhora Secretária de Estado referiu-se à realização do Conselho Europeu Extraordinário, no dia 29 de abril, e à rápida aprovação das suas linhas orientadoras, sinal de coesão entre os 27 Estados-Membros, entre as três instituições europeias implicadas e entre estas e os Estados-Membros.

Focou que a unidade dos 27 Estados deve ser saudada mas que o processo de saída é de lamentar, uma vez que não existem benefícios da saída de um Estado-Membro da União. Aludiu ainda à necessidade de negociações ordenadas e construtivas, por forma a minimizar o impacto nos cidadãos, empresas e Estados envolvidos.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 101/XIII/ 2.^a SL

Referiu-se à proposta uma abordagem sequencial com princípios orientadores para a primeira fase das negociações, isto é, o acordo de saída até ao final do ano. Mencionou ainda que só após um progresso suficiente pode ser trabalhada a parceria UE-Reino Unido.

Apresentou também as três prioridades presentes nas linhas orientadoras: direitos dos cidadãos, questões financeiras e questões de fronteiras, nomeadamente no que diz respeito à Irlanda.

No que diz respeito aos direitos dos cidadãos, destacou que esta é uma prioridade para Portugal, pelo número de cidadãos nacionais que residem no Reino Unido e que se sentem afetados e em situação de insegurança, sendo necessário criar confiança entre as duas partes neste âmbito para o resto do processo negocial. Referiu as eleições no Reino Unido e o aumento de intensidade do discurso político, deixando claro que os cidadãos não podem ser utilizados como moeda de troca no processo negocial e que o consenso entre os Estados-Membros reforça a posição negocial da UE e que um acordo abrangente inclui os direitos sociais associados ao direito de residência.

Esclareceu que o *cut-off date*, data até à qual todos os direitos e deveres devem ser respeitados, é o dia em que o Reino Unido deixar de ser Estado-Membro da União Europeia.

Em relação às questões financeiras, o Reino Unido não pagará conta de saída mas deve respeitar os compromissos em matéria financeira, que incluem o quadro financeiro plurianual.

Ainda sobre as fronteiras com a Irlanda, ressaltou que se trata de uma situação específica e que será tratada como tal.

Deixou ainda uma referência às declarações para ata, que reiteram que nada no processo negocial é precedente para atos jurídicos da UE, sobretudo porque esta negociação envolve competências não exclusivas da União, e que se referem ao território de uma Irlanda unida como parte integrante da UE.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 101/XIII/ 2.^a SL

Por último, deu nota da adoção pela Comissão das diretrizes negociais que concretizam as linhas orientadoras discutidas e a transparência que pauta este processo negocial.

Numa primeira ronda de questões intervieram os seguintes Senhores Deputados:

Rubina Berardo (PSD): referiu-se ao interesse na defesa dos cidadãos, às preocupações com o início do processo negocial, ao encontro entre Juncker e May, à quebra do ambiente de confiança; em relação à negociação financeira, ao cumprimento de compromissos e ambiente pré-eleitoral, questionando qual a posição de Portugal nesta matéria; ainda sobre a participação de Portugal neste processo, pergunta sobre a existência de estudos de impacto económico do Brexit; colocou ainda uma questão sobre a transposição de diretivas e o ponto de situação nesta matéria.

Vitalino Canas (PS): destacou o momento político interessante, a circunstância de não interessar à UE um Brexit sem acordo e de as três prioridades definidas nas linhas orientadoras merecerem acordo, embora escondam a complexidade do processo; colocou questões relativamente ao conceito de acordo de transição, referindo que este não é consensual mas que não deve ser implementado antes da saída formal do Reino Unido da UE e à fronteira com a Irlanda, referindo que é um assunto que interessa a todos os Estados uma vez que pode causar desequilíbrios.

Carla Tavares (PS): referiu-se ao processo burocrático de residência e complexidade dos procedimentos, perguntando se existem desenvolvimentos no sentido da simplificação a este nível; abordou a situação das empresas no Reino Unido e a forma como será conduzida a situação nas negociações.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 101/XIII/ 2.^a SL

Isabel Pires (BE): mencionou que o documento com as linhas orientadoras é conciso e claro nos princípios gerais mas mantém dúvidas quanto à concretização da proteção dos cidadãos; perguntou que instrumentos estão a ser pensados para proporcionar maior segurança jurídica na primeira fase da negociação e no caso de não serem respeitados os direitos até ao *cut-off date*, se já existe garantia de simplificação de procedimentos burocráticos e se se mantêm os direitos dos trabalhadores e estudantes; como será garantido o cumprimento dos compromissos assumidos pelo Reino Unido e se será compatível um acordo comercial com a UE sem inclusão do mercado interno.

Pedro Mota Soares (CDS-PP): aludiu à dimensão atlântica da Europa sem a presença do Reino Unido e a sua omissão nas linhas orientadoras, à tensão das negociações, aos direitos sociais dos cidadãos da UE no Reino Unido, ao impacto económico desta situação em Portugal e a necessidade de conhecer a estrutura de missão e os meios ao seu dispor; referiu-se ainda à candidatura de Portugal à Agência Europeia do Medicamento, perguntando quais as ações do Governo nesta matéria e ainda à dívida pública portuguesa e também à posição do Governo sobre a sua reestruturação.

A Senhora Secretária de Estado respondeu às questões de forma individualizada.

Numa segunda ronda de questões, interveio o Senhor Deputado **António Ventura (PSD)**, colocando questões relativas à diminuição de verbas com a saída do Reino Unido da UE, nomeadamente nos orçamentos alocados à área da agricultura, à PAC e aos programas específicos destinados às regiões ultraperiféricas.

A Senhora Secretária de Estados respondeu às questões colocadas.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 101/XIII/ 2.^a SL

A audição foi gravada em vídeo e transmitida em direto pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede (gravação integral disponível em: <http://www.canal.parlamento.pt/?cid=1921&title=audicao-da-secretaria-de-estado-dos-assuntos-europeus>).

A reunião foi encerrada às 19:34 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 09 maio 2017.

A PRESIDENTE

(REGINA BASTOS)



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 101/XIII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Cardoso
António Costa Silva
António Gameiro
António Sales
Carla Tavares
Carlos Costa Neves
Eurico Brilhante Dias
Filipe Anacoreta Correia
Francisca Parreira
Isabel Pires
Maria Luís Albuquerque
Miguel Morgado
Pedro Mota Soares
Regina Bastos
Rubina Berardo
Vitalino Canas
António Ventura

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Oliveira
Carlos Pereira
Duarte Marques
Inês Domingos
João Galamba
Moisés Ferreira
Paula Santos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: